



Relatório INSP-2019-0219 BI-2019-0247

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 10/12/2019

Hora:

Tipo: Plano Operacional (PO-2019-0002)

Inspetor responsável: Elisabete RS. Vieira

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Outros técnicos de entidades oficiais:

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada no âmbito de uma campanha destinada aos estabelecimentos de comércio a retalho para verificação do cumprimento das normas do regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final – Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril e diplomas conexos. A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Milton Filipe Rego Bernardo

NIPC/NIF: 243417900

Sede/morada: Rua Cabo da Vila

Código Postal: 9560-054

Freguesia: Lagoa (Santa Cruz)

Concelho: Lagoa (São Miguel)

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: O Príncipe dos Queijos

Endereço: Rua dos Mercadores, n.º 50

Código Postal: 9500-092

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade: Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco

CAE: 47112



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

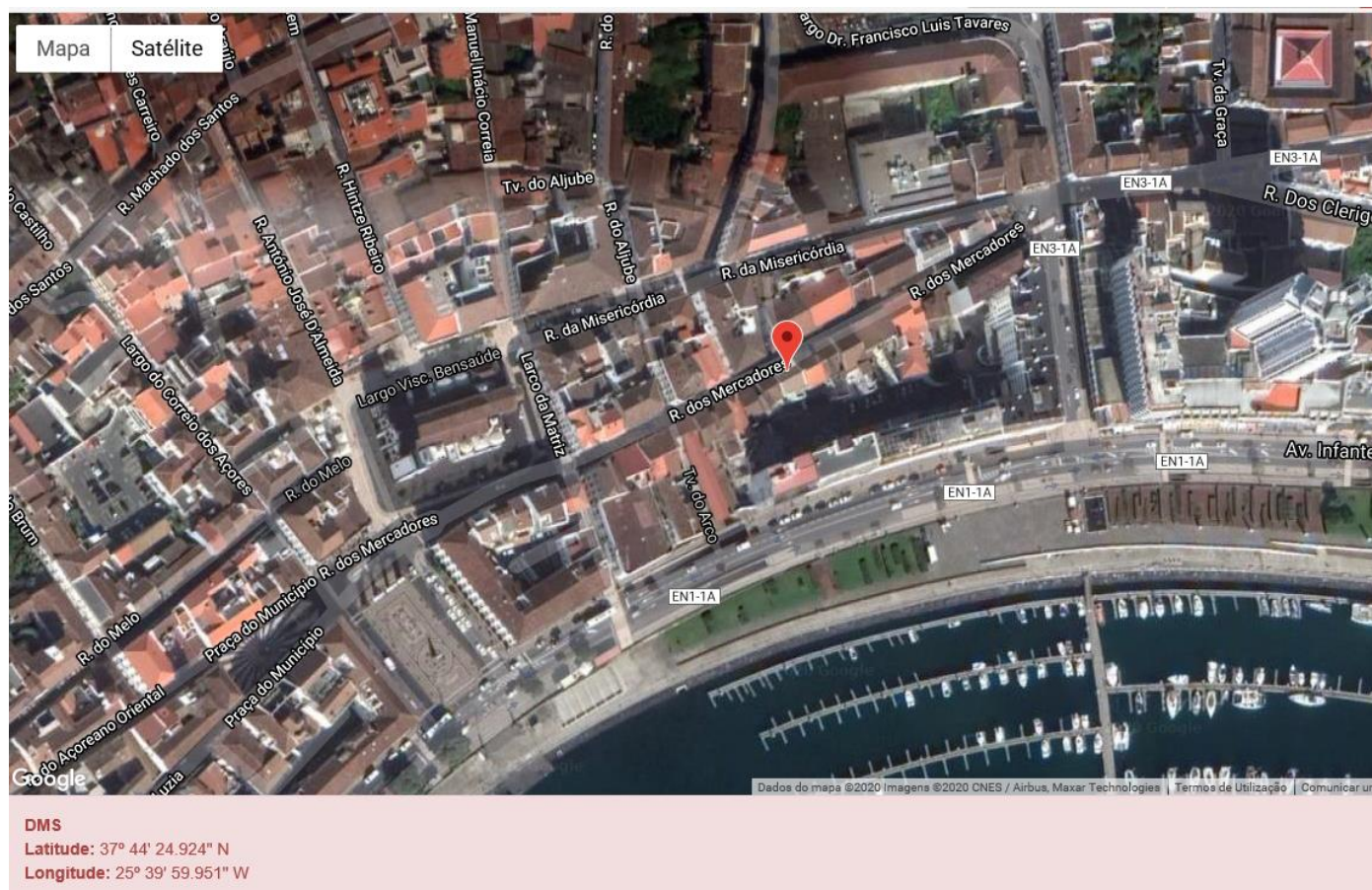
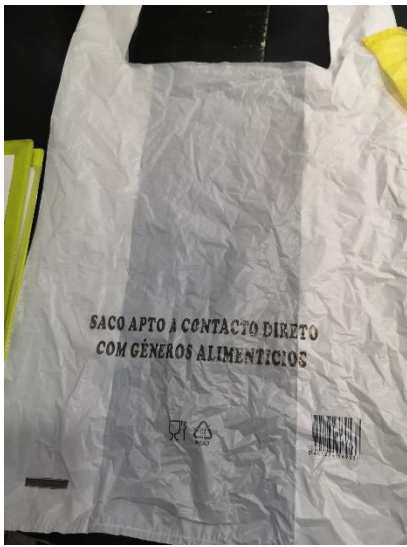



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Sacos distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

Sacos fornecidos	Características / Foto	
Sacos de plástico leve		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2 – Verificação dos requisitos do regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Sobre cada saco de plástico distribuído ao consumidor final é cobrada uma taxa de 0,04 €.	n.º 1 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 2.º Port. 36/2015	Não cumprido	Não é cobrada taxa sobre saco de plástico, situação verificada no ato inspetivo e confirmada pelo proprietário do estabelecimento.
b) A taxa cobrada ao consumidor final pela distribuição de saco de plástico é discriminada no recibo/fatura como “taxa sobre saco de plástico”.	n.º 2 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 3.º Port. 36/2015	Cumprido	Embora não seja cobrada taxa, o sistema de faturação estava preparado para a cobrança, tendo sido solicitada a emissão de uma fatura. A discriminação na fatura estava correta.
c) Sobre a taxa cobrada não incide IVA.	n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015	Cumprido	
d) O (eventual) preço de venda do saco de plástico é discriminado na fatura em separado da ecotaxa.	n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015	Não aplicável	
e) É proibida a inserção de publicidade em sacos de plástico leves, com exceção do logótipo ou denominação comercial ou social do estabelecimento que fornece o saco, em área não superior a 20 % da superfície total do saco.	Art.º 9.º DLR 10/2014/A; n.º 3 art.º 6.º Port. 36/2015	Cumprido	
f) É obrigatória a inserção de mensagens de sensibilização em todos os sacos de plástico que contenham publicidade ou logótipo / denominação.	n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A	Cumprido	
g) A mensagem de sensibilização corresponde a modelo constante do Despacho 2704/2015 ou outro aprovado pela Direção Regional do Ambiente.	n.º 1 art.º 10.º do DLR 10/2014/A; n.º 1 art.º 6.º Port. 36/2015	Cumprido	
h) A área da mensagem de sensibilização não pode ser inferior a 20% da superfície total do saco ou à área ocupada pela inserção publicitária, se esta for superior a 20%.	n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A; n.º 4 art.º 6.º Port. 36/2015	Cumprido	
i) Cumprimento do dever de colaboração, nomeadamente fornecendo toda a informação ou documentação solicitada.	Art. 8.º DLR 10/2014/A	Cumprido	
j) Submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior	Art. 4.º, art. 8.º, DLR 10/2014/A, n.º 1 art. 4.º Port. 36/2015	Não cumprido	Não cobram taxa e como tal também não foi apresentada declaração à ERSARA relativa ao ano de 2018.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

Incumprimento da obrigação de cobrança de taxa no valor de 0,04 € sobre saco de plástico distribuído ao consumidor final, em violação do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril, em conjugação com o art.º 2.º da Portaria n.º 36/2015, de 31 de março. Constitui contraordenação ambiental muito grave prevista no n.º 2 do art.º 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, punível com coima de 10 000 € a 100 000 € em caso de negligência e de 20 000 € a 200 000 € em caso de dolo quando praticada por pessoa singular.



4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações: A entidade foi notificada para passar a cobrar taxa no valor de 0,04 € por cada saco de plástico distribuído ao consumidor final. Na presença dos inspetores o proprietário deu indicação aos trabalhadores do estabelecimento que tinham que passar a cobrar a taxa, tendo sido presenciadas algumas cobranças durante a ação inspetiva. Foi igualmente transmitido ao proprietário do estabelecimento que até ao final fevereiro de 2020 deve ser submetida a declaração à ERSARA relativa aos sacos de plástico distribuídos em 2019.

Medidas adotadas: Arquivamento do processo inspetivo, considerando que a situação da cobrança da taxa foi imediatamente regularizada.

Angra do Heroísmo, 30 de dezembro de 2019

A Chefe de Divisão

(Elisabete R Santos)